

SEÇÃO: Ordinárias

ÁREA TEMÁTICA: 4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo

SUBÁREA TEMÁTICA: 4.1 Estado e economia capitalista

A CRISE, O ESTADO E OS EQUÍVOCOS DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Reginaldo Souza Santos¹; Fábio Guedes Gomes²; Thiago Chagas Silva Santos³; Luiz Marques de Andrade Filho⁴

New Phase in Finance Crisis as Investors run to safety
The New York Times - 18.09.2008.

Obama takes oath and nation in crisis embrace the moment
Washington Post - 29.01.2009.

Crise levará milhões à pobreza, diz Banco Mundial
O Globo - 31.01.2010.

América Latina: um refúgio não imune à crise financeira
Jornal do Brasil - 17.11.2011.

Pela Europa, FMI passa o chapéu
Folha de São Paulo - 19.01.2012.

The euro crisis casts a chill over a sunnier economic Picture
The Economist - 21.04.2012.

Washington is broken, just as intended
Washington Post - 22.04.2012.

Resumo: O trabalho tem a preocupação de descrever, analisar e discutir de maneira mais ampla, as raízes da crise do capital contemporânea. Além de fazer um debate no campo teórico sobre as interpretações da crise, com o objetivo de apresentar nossas perspectivas, busca, também, incluir uma discussão mais estrutural sobre o papel do Estado nessa crise e como ele tem sido central e funcional na administração política do capitalismo financeirizado, com fortes implicações para o processo em andamento do que chamamos de *despatrimonialização* social. Ademais, dedica-se uma parte da análise ao caso do Brasil e como o país, de certa maneira, também está inserido no processo de produção e expropriação de excedente econômico em escala mundial.

Palavras-chaves: Administração Política, Estado, Capitalismo, *Despatrimonialização* Social.

Abstract: This paper is concerned to describe, analyze and discuss, more broadly the roots of the contemporary crisis of capital. Besides doing a debate about the theoretical interpretations of the crisis, with the goal of presenting our perspectives, seeking also include a discussion about the more structural role of the State in this crisis and how it has been working and how it has been central and functional in the administration political of financial capitalism, with strong implications for the on going process of what we call social deconstruction of patrimony. In addition, dedicated part of the analysis to the case of Brazil and how the country, in a way, is also inserted in the production process and expropriation of economic surplus world wide.

Keywords: Political Administration, State, Capitalism, Social Deconstruction of Patrimony.

¹Professor Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-Doutorado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Professor Titular do Departamento de Finanças e Políticas Públicas da Escola de Administração da UFBA. E-mail: rsouza@ufba.br.

² Economista e Mestre em Economia, Professor Doutor em Administração. Atualmente leciona na Universidade Federal de Alagoas no Programa de Pós-Graduação em Economia. E-mail: fbgg30@yahoo.com.br

³ Doutorando e Mestre (2007) nas Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: thiagochagas@hotmail.com

⁴ Economista, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, professor universitário e superintendente da Fundação Escola de Administração da UFBA. E-mail: luizmaf@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho tenta compreender a atual crise do capitalismo a partir de cinco preliminares:

- a) Esta crise não é um fenômeno que aparece com os fatos de 2008 e 2009 – a sua evidência data do início dos anos 1970, e percebemos que os fatos que a caracterizavam naquela época encontram-se, preocupadamente, estendidos e aprofundados nos dias de hoje.
- b) Invariavelmente, as análises (independente do matiz ideológico) tentam buscar, em alguma vertente da teoria e da análise econômicas, a explicação para o que está acontecendo: quase não se vê observações mais sistematizadas dos equívocos acerca das políticas relacionadas à administração política dos interesses estratégicos da sociedade e do próprio capital; em geral, não se ouve *quase* nunca falar da concentração da renda e da riqueza como aspectos relevantes na explicação da crise – quando se ouve, ela não é uma discussão central; a compreensão do que está ocorrendo não deve tomar o Estado como uma instituição externa à dinâmica das relações sociais de produção e distribuição;
- c) Qualquer análise que se proponha levar a sério deve ter-se presente, de uma vez por todas, que o Estado é o principal capitalista a comandar capitais, podendo, por isso, definir, autonomamente, os níveis agregados de oferta e demanda;
- d) O Estado não sendo externo às relações de produção deve-se olhar com muita reserva os pressupostos que advogam haver uma crise fiscal – ao contrário disso, a partir de 2008 e 2009, os dados tendem a revelar que é a desorganização do sistema capitalista (a sua crise, portanto) que está puxando o Estado para uma crise financeiro-fiscal de proporções, até então, desconhecidas; bem como uma crise político-social, cujas tensões começam a entrar em erupção (já havia precedência à chamada primavera árabe), e seu desdobramento não é tarefa difícil de antecipar; principalmente, se os interesses das altas finanças prevalecerem frente à agonia grega, espanhola, etc.; enfim, frente à agonia do próprio sistema capitalista;
- e) As medidas administrativas levadas a cabo para a superação da grande depressão, e que explicam o *boom* dos quarenta anos seguintes, não faziam parte (em sua totalidade) do corpo das ideias de Keynes – se analisada com atenção, nesse aspecto, a *Teoria Geral* é mais um libelo contra as medidas já em curso e uma reafirmação do pensamento liberal; temos no Livro V, capítulo 24, a síntese de tudo que Keynes pensava e desejava como medidas para a preservação do sistema econômico capitalista.

Se essas considerações forem bem anotadas, o que vem a seguir ficará mais inteligível; além disso, mostrarão que, se por um lado, as interpretações do *mainstream* e boa parte fora dele estão longe de uma explicação mais razoável (verdadeira) para a crise; por outro lado, mostrarão que a saída poderá estar perto de nós e a um custo bem menor para a humanidade – incluindo, lógico, o próprio capital.

2. Ouroboros e o Capitalismo Contemporâneo

Muito já se falou sobre a avareza do capital, mas tudo que se disse, até aqui, não exprime, verdadeiramente, a sua natureza e nem do que é capaz para preservar a sua trajetória de acumulação. Considerando que a sua expansão necessita ser alimentada pela destruição do que está à sua frente, e não havendo mais do que se alimentar (destruir), começa a alimentar-se de si mesmo até a morte (o fim do capitalismo). Parece-nos, portanto, que a antropofagia seja o último ato de *sociabilidade* praticado pelo capital, tal como na ficção novelesca *O alienista* de Machado de Assis, em que o médico Simão Bacamarte estabelece como primeiro critério para a saúde mental:

[...] a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia, e só insânia” (Machado de Assis, 1882, p. 29, *apud* Gustavo Bernardo). Com esse critério, Bacamarte passa a internar na Casa Verde todos os reprovados pelo seu exame; como quase toda a população estava sendo internada, Bacamarte, então, muda de “critério para a saúde mental e passa a admitir como normal e exemplar o desequilíbrio das faculdades. Em consequência, tornam-se patológicos todos os casos equilibrados. Os internos são libertados,

mas encarceram os melhores da cidade, ou seja, as pessoas mais equilibradas e razoáveis [...] De acordo com o novo critério de Simão Bacamarte, resta apenas uma pessoa perfeita, portanto louca, em toda a cidade: o próprio Simão Bacamarte. Em nome do rigor científico, o ilustre médico interna a si mesmo no seu asilo, onde virá a perecer sozinho. Como vemos, Simão Bacamarte considera-se absolutamente certo, mesmo quando percebe que está completamente errado. Ele se mostra uma representação irônica do uróboro⁵, serpente ou dragão que morde a própria cauda. Procura tanto a causa da loucura que a encontra enfim, em si mesmo, reconhecendo-se o único louco do pedaço⁶.

Metaforicamente, é exatamente isso o que está acontecendo neste instante de crise profunda e generalizada do capitalismo. A sua órbita financeira (representação institucional dos capitais líquidos, concentrados e centralizados) passa a praticar a mais despudorada agiotagem contra a sociedade, na medida em que exige de seus devedores (mediada pela representação política, o Estado) rendimentos além das suas possibilidades técnicas e morais. Levada ao extremo, a ruptura será inevitável. Com a hecatombe do Estado, seca a fonte alimentadora da expansão, movimento que não vem sendo compreendido pelo capital em geral; e nesse ato – que pode ser o último – reside a natureza antropofágica do processo “civilizatório” orientado pelo capital⁷.

Porém, os interpretes e os arautos da falsa exuberância da economia capitalista, nos tempos mais recentes, tentam dar conta de que essa crise é um fenômeno típico da conjuntura e que ela está localizada no Estado e em suas políticas expansivas. Nada mais grotesco e leviano, tanto do ponto de vista da análise, quanto da defesa ideológica neoliberal. Em verdade, o que assistimos são aos momentos mais dramáticos e finais de uma crise que se instala, de forma mais evidente, a partir do início da década de 1970, simbolizada na quebra do padrão dólar-ouro, em 1971.

Desde os clássicos – notadamente com Jean-Baptiste Say e David Ricardo –, a ala hegemônica do pensamento liberal sempre se fundamentou na crença que o sistema capitalista move-se guiado por uma razão que não admite deixar de aproveitar a melhor oportunidade de negócio e o desejo de obter o rendimento máximo⁸. A possibilidade de fugir dessa lógica só por interferência externa ao sistema de produção e distribuição, como fatores da natureza, as guerras ou a intervenção do Estado; esta, é claro, se for além daquilo que é, estritamente, necessário – que fique bem entendido, como bem recomendou Adam Smith.

Embora os fatos da realidade – vide as crises do último quartel do século XIX e de 1929-1933 – mostrem que a defesa desse ponto de vista esteja baseada mais nas crenças (ideologias) do que nos fundamentos de uma ciência lógica (sustentada em testes empíricos de suas hipóteses centrais), os eventos do momento desvendam de vez as perturbações da ortodoxia. Na pretensão de superar a supremacia do pensamento keynesiano, os liberais diagnosticaram como causas dos males vividos pelo sistema econômico (no final dos anos 1960 e início dos 1970) os seguintes aspectos: queda na produtividade do trabalho e na taxa de lucro com aumentos nas taxas de desemprego e inflação faziam elevar o déficit público, que, por sua vez, eram financiados ou com recursos privados (cuja concorrência por recursos leva ao aumento dos juros) ou por emissão de dinheiro (o que é inflacionário, porque leva ao aumento do poder de compra e pressão sobre os preços)⁹.

Ao contrário desse diagnóstico, os eventos dos últimos 40 anos revelaram um paradoxo da teoria neoclássica: ao tempo em que se observa o índice de inflação cair para um dígito, anualmente – sendo que, em alguns países (os mais desenvolvidos), ficou abaixo de 5% a.a – movimento

⁵ Ouroboros (ou oroboro ou ainda uróboro) é um símbolo representado por uma serpente, ou um dragão, que morde a própria cauda. O nome vem do grego antigo: *oura*, que significa “cauda”, e *boros*, que significa “devora”. (...) É possível que o símbolo matemático de infinito (...) tenha tido a sua origem a partir da imagem de dois ouroboros, lado a lado, mordendo o rabo um do outro.

⁶ Bernardo (2011, pp. 81/82).

⁷ Como gosta de afirmar o filósofo húngaro, István Mészáros (2002), o sociometabolismo do capital não encontra mais razões para seu funcionamento, posto que o processo de produção de valor tornou-se subordinado ao processo de circulação do valor e criação de valor fictício.

⁸ A escola marginalista e os teóricos do equilíbrio geral chegam a admitir que a economia de mercado, sequer, produz excedente econômico.

⁹ Sobre o assunto ver Gomes (2009).

inverso ocorreu nos níveis dos índices de dívida pública; eles se elevaram de um patamar que variava entre 20% e 30% do PIB para mais de 100%, nos dias de hoje.

Tabela 1: Dívida Pública do Governo Central de Países Seleccionados – 1990/2010 (em % do PIB)

País \ Ano	1990	1995	2000	2005	2010
Áustria	56,2	68,4	66,6	64,8	71,8
Bélgica	125,6	130,2	107,8	92,0	95,6
Canadá	75,2	101,6	82,1	71,6	85,1
Dinamarca	57,7	68,7	60,4	45,4	42,9
França	35,2	55,4	57,4	66,7	82,3
Alemanha	42,2	55,6	60,2	68,5	82,4
Itália	95,2	120,9	108,5	105,4	118,7
Japão	67,0	90,0	140,1	186,4	215,3
México	53,5	56,8	42,6	39,1	42,9
Espanha	42,5	63,3	59,2	43,2	61,2
Suécia	46,3	81,1	64,3	50,0	38,8
Reino Unido	38,4	54,6	50,3	41,8	75,0
USA	63,9	71,1	54,8	67,9	98,6
Brasil	65,7	36,6	68,5	69,2	65,2
Portugal	53,3	59,1	48,4	62,5	93,3
China	6,9	6,1	16,4	17,6	33,5
Rep. da Coreia	8,4	7,1	18,0	28,7	33,4
Indonésia	40,8	32,0	95,1	46,3	26,9
Malásia	n/d	41,6	35,3	42,7	51,0
Filipinas	n/d	62,7	58,8	59,2	43,5
Tailândia	27,7	12,2	56,9	46,2	41,9

Fonte: IMF. *World Economic Outlook Database*, October 2012. Elaboração Própria

Como a crença naquele *fetich*e sobreviveu, durante quatro décadas? O *marketing* político-ideológico do liberalismo começou a trabalhar o conteúdo das peças publicitárias fundado em pressupostos das impossibilidades. O primeiro deles foi renovar a trajetória metodológica do movimento do capitalismo que tem, como ponto de partida, a situação de *instabilidade* (transição do feudalismo para o capitalismo, tendo como ponto de inflexão a segunda metade do século XVII); o momento da *estabilidade* que possibilita a expansão da riqueza até o ponto em que o capitalismo consolida-se como o modo de produção, preponderante, dentro da formação social contemporânea (o século XIX constituiu esse momento de afirmação); o momento do estágio considerado desenvolvido ou da “pós-modernidade” – como gostam de denominar algumas correntes do pensamento mundial (esse é o período que vai do pós Primeira Grande Guerra Mundial – com o interregno da grande crise de 1929-1933 – até o final dos anos 1960); por fim, o momento em que o grau de desenvolvimento das forças produtivas pode permitir a todos a materialidade, situação de bem-estar (o prenúncio desse estágio pode ser o pós-Segunda Grande Guerra Mundial, logo interrompido com a crise que tem início em 1970). Sintetizando, a metodologia conveniente ao capitalismo é por etapas, uma sucessiva a outras, que tem o seguinte ordenamento: instabilidade (dada por condições políticas e ideológicas), estabilidade (condição para expansão da riqueza); que, se duradoura, possibilita engendrar ações de desenvolvimento com distribuição e permite alcançar o estágio de bem-estar.¹⁰

¹⁰ Para crítica à metodologia e a concepção de uma metodologia alternativa ver Santos (2010a).

A segunda impossibilidade, derivada conscientemente da primeira, foi inventar não haver condições técnicas para que a economia pudesse crescer em condições de instabilidade – leia-se: em crescer em ambiente de inflação acima de dois dígitos. Dizem sempre que a instabilidade ocorre por conta do desequilíbrio das contas públicas; nesse caso, não há hipótese senão fazer o orçamento do Estado se movimentar em condições de equilíbrio entre a receita e despesa – criando, assim, a cultura do “medo”. Em verdade, respeitados limites técnicos, não há incompatibilidade (*trade-off*) entre déficit público e crescimento econômico ou entre déficit público e inflação – haja vista que, nessa longa crise, temos tido, principalmente, déficits elevados com baixas taxas de inflação.

A terceira impossibilidade é dada pela constatação de que, à medida que a cultura da “exuberância” está sendo eclipsada pelo alastramento da miséria – que poderia, muito bem, ser evitada por uma melhor distribuição da renda e da riqueza – os ideólogos desse modelo defendem-se com um cinismo escancarado, afirmando, sem qualquer constrangimento, da incapacidade do planeta estender o padrão de vida do europeu e do estadunidense ao resto da humanidade – principalmente em razão das restrições da lado energético.

Essa última impossibilidade é sustentada pela falsidade da máxima que existe na economia – e repetida, à exaustão e com arrogância, pelos professores aos incautos alunos recém-iniciados nas ciências sociais aplicadas - de que essa ciência tem a árdua tarefa de encontrar meios para conciliar uma contradição em processo que se estabelece entre os recursos escassos e necessidades ilimitadas. A contradição dessa máxima é, apenas, aparente e fortemente ideologizada, porque a Economia, mais do que qualquer outro campo do conhecimento, sabe que a escassez dos recursos – hoje mais do que ontem – está relativizada em razão dos extraordinários avanços nas forças produtivas; enquanto que a necessidade ilimitada pode ter limites pelas políticas de redistribuição e/ou pela questão moral. Que atualizemos Malthus, tudo bem, mas não de forma tão torpe!

Certamente que essas impossibilidades não se sustentam por si mesmas, sendo necessário construir elementos custeadores (sustentadores). O primeiro deles é a propagação, à exaustão, daquilo que denominamos de “cultura da exuberância”, desenvolvida sempre mediante a exibição dos grandes espetáculos do *show-business*: musicais ou cinematográficos; esportivos – os jogos olímpicos mundiais e regionais, a copa do mundo de futebol. Há, também, uma preocupação em exhibir a nova cara (estética arquitetônica) terceiro-mundista visualizada a partir dos espaços que abrigam centros financeiros mundiais como Bangcoc, Taiwan, Manila, Seul, Dubai, Hong-Kong, São Paulo, etc. Certamente que o dito primeiro mundo também tem o seu *standard* glorioso a exhibir; nos telejornais das principais cadeias de televisão do mundo sempre estão nos mostrando a monumental sede do Banco Central Europeu, na cidade de Bruxelas (Bélgica), *Wall Street* (em Nova Iorque) ou a *City* londrina.

O segundo elemento custeador das impossibilidades, acima referidas, tem sido a extraordinária capacidade de transmutabilidade do conceito de riqueza expressa em ativos fixos ou financeiros para um ativo intangível, abstrato denominado de “conhecimento”. De uma hora para outra, o indivíduo, antes pobre e sem perspectiva de vida, melhor dizendo, sem consciência de si mesmo – porque é isso que significa conhecimento em sentido *lato* – descobre-se portador de um dado “conhecimento”, signo de uma “nova” riqueza; talvez da verdadeira riqueza, porque inata ao próprio indivíduo – portanto, aparentemente inalienável ou, então, só usufruída pelo próprio indivíduo. Rotundo engano, porquanto para ela [a riqueza] materializar-se e produzir valor tem que ocorrer no permanente processo de transformação do dinheiro em capital, ou seja, reproduzir-se nas relações sociais de produção, onde a força de trabalho é inserida no sistema de produção e subordina-se ao capital. No instante em que os valores são produzidos a nova expressão de riqueza desindividualiza-se (desincorpora-se do indivíduo) e materializa-se em mercadorias.¹¹

¹¹ Para provar que esse saber inato ou adquirido pelo indivíduo só há certeza de que é propriedade sua enquanto estiver distante das relações de produção capitalistas. As grandes corporações, além do processo regular de transferência do conhecimento do indivíduo para o produto – mediante novas plantas, novos processos de produção – estão promovendo encontros sistemáticos entre os mais antigos (que já estão próximos do afastamento por tempo de serviço) com os mais

O terceiro elemento custeador dos pressupostos das impossibilidades foi a ilusão da força de redistribuição e inclusão trazida pela tecnologia caracterizadora da terceira revolução industrial – a tecnologia da informação. A Economia Política do Desenvolvimento já constatou há muito tempo – com destaque para os trabalhos de John Stuart Mill e Joseph Schumpeter – que os ciclos de expansão estão associados às ondas de inovação, seja na base tecnológica ou organizativa dos processos. Por enquanto, nada a objetar em relação a essa premissa. Porém, quanto aos aspectos redistributivos, a atual revolução tecnológica da informação e da comunicação – que, apesar das maravilhas, parece estar no seu limiar – apresenta resultados bem diferentes daqueles que os atuais gerentes do capitalismo querem fazer crer. Tanto na primeira revolução industrial – na segunda metade do século XVIII até o final do século XIX, com máquina a vapor, locomotiva, tear mecânico, moinhos, etc., quanto na segunda – primeira metade do século XX, com a indústria, petroquímica, automotiva, aeronáutica, infraestrutura terrestre – eram ciclos de inovação fundados na diversificação da produção e de processos; portanto, tinham uma base tecnológica que destruía postos de trabalho, mas também criava novas indústrias e setores que possibilitavam amenizar ou mesmo (em certas conjunturas) ampliar o número de emprego; enquanto na revolução atual – sustentada na tecnologia da informação – a produtividade do trabalho ampliou-se, extraordinariamente, caracterizando o presente, provavelmente, como a época de maior desemprego estrutural da história do capitalismo.¹²

Mas esse não é o único problema do atual ciclo de inovação. Além da sobreposição da tecnologia nova aos equipamentos existentes com outras bases tecnológicas, as novas tecnologias quando criam novos produtos ou serviços eles são desmaterializados. Antes, produzia-se a locomotiva, a roupa, o carro, o avião, o navio, o remédio; nesses casos, o consumidor era (ou é) detentor de um bem que tem uma riqueza materializada – que depois de comprada podia-se (ou pode-se) alienar ou usá-lo até o esgotamento pleno da sua capacidade técnica. Agora, se compra um serviço virtual, cujo bem-estar ou usufruto cessa no instante em que o consumidor deixa de pagar – por qualquer razão – a mensalidade. Sendo assim, o potencial concentrador desse processo inovador é simplesmente extraordinário!

Desse modo, se é verdade que essa terceira revolução industrial é a que mais potencializa acumulação de riqueza – em razão da maior produtividade do trabalho e extração de mais-valia –, por outro lado, ela traz em si (diferentemente das revoluções anteriores) o germe da destruição desse potencial (geração de riqueza) em razão da natureza concentradora – queremos dizer: embora a base de consumo seja a mais ampla possível, a base de produção se dá em condições técnicas fortemente concentradas.

jovens para daqueles extraírem a última reserva de conhecimento útil aos propósitos de lucratividade do capital. Além disso, há algo mais sórdido nesse processo: o fracasso das pessoas não pode ser tributado às relações sociais descompensadas; quando o há, deve ser tomado como caso particular e derivado da pouca competitividade do indivíduo dentro das relações de mercado. Para encontrar o seu espaço e garanti-lo, o indivíduo deve aprimorar-se sempre para permanecer competitivo. Sendo assim, a ação coletiva centralizada no Estado é considerada, desde sempre, pouco esclarecedora para garantir o bem-estar de todos.

¹² Nessa questão, há um cinismo político e técnico. Os ideólogos da atual política abandonaram a discussão do desemprego estrutural e suas causas e passaram à defesa simplória de uma *política de emprego e renda*. Ora, todos sabem muito bem que, com a velocidade na produção do conhecimento e no processo de inovação – levando a produtividade do trabalho a níveis inimagináveis –, é impossível evitar o *desemprego estrutural* sem mexer na *distribuição de renda*. Em panfleto de 1930, intitulado *as Possibilidades Econômicas de Nossos Netos*, Keynes (1983b) assim se pronunciava sobre esta questão: “Estamos sendo atingidos por uma nova doença, a respeito da qual alguns leitores ainda podem não ter ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão muito nos próximos anos – ou seja, o *desemprego tecnológico* [...] Trata-se de um problema temível para a pessoa comum, sem talentos especiais para se ocupar; principalmente, se não estiver mais enraizada na terra, nos hábitos, ou nas queridas convenções de uma sociedade tradicional [...] Tenho certeza que, com um pouco mais de experiência, empregaremos a generosidade recém-descoberta da natureza de maneira bem diferente daquela com que os ricos a usam hoje, e delinearemos para nós um plano de vida bem diferente do deles [...] **Turnos de três horas ou semanas de quinze horas poderão adiar o problema por algum tempo. Isso porque três horas por dia são suficientes para satisfazer o velho Adão na maioria de nós**” (grifos nossos). Por que este Keynes que formula essa proposição de política de emprego não é ressuscitado pelos ideólogos (de direita e de esquerda) que estão conduzindo a política econômica, desde os anos 1970?

Ademais, o acesso mais democratizado pela natureza dos produtos fruto desse movimento atual de inovação, não tem significado maior bem-estar à população como se quer fazer crer – maior acesso à rede de internet e à telefonia móvel não se traduziu na melhoria do nível de vida como ocorreu em épocas anteriores, particularmente com a estruturação do Estado de Bem-Estar Social. Ao contrário, o grau de miserabilidade da humanidade tem aumentado, não obstante essa capacidade extraordinária do homem em produzir riqueza.

Se as premissas que dão suporte aos argumentos de exuberância do capitalismo nos últimos 40 anos são falsas, então a mudança na *administração política*, em razão da crise de crescimento que o capitalismo, viveu naquele instante mais aprofundou do que resolveu os seus problemas – logo, o que estamos assistindo, de 2008 para cá, não é mais uma nova crise, mas sim um aprofundamento de uma crise iniciada ainda na década de 1970. Essa crise não tinha sido vista em toda a sua extensão pelo fato dos países centrais terem transferido o ônus que lhe cabia para os países da periferia – os problemas que enfrentávamos por conta disso eram atribuídos à nossa incompetência, invariavelmente, justificada pela crônica corrupção que nos assola. À medida que as possibilidades de transferência de renda vão se esgotando¹³ – e mantida a mesma lógica de acumulação centrada, fundamentalmente, na esfera financeira –, aos poucos, os espaços desenvolvidos vão sentindo as suas consequências.

Em épocas anteriores, particularmente o período 1934-45/1970, as economias nacionais movimentavam-se de forma simétrica, onde se observava um crescimento econômico a taxas elevadas e atingindo vários países, desenvolvidos e periféricos. Nos últimos 40 anos, essa tendência mudou: enquanto alguns se expandem, outros declinam¹⁴.

Tabela 2: América Latina e Caribe (exceto Cuba): transferências de recursos para o resto do mundo – 1980/2010 (em US\$ bi)

Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor
1980	51.8	1990	60.0	2000	69.2
1981	71.0	1991	53.0	2001	68.5
1982	88.5	1992	48.9	2002	65.5
1983	76.8	1993	53.9	2003	70.3
1984	80.5	1994	55.1	2004	79.3
1985	73.9	1995	60.6	2005	89.8
1986	66.6	1996	61.0	2006	100.8
1987	61.4	1997	64.8	2007	102.8
1988	65.8	1998	68.8	2008	110.0
1989	70.5	1999	68.1	2009	99.0
Total Geral	2.271.917			2010	114.8

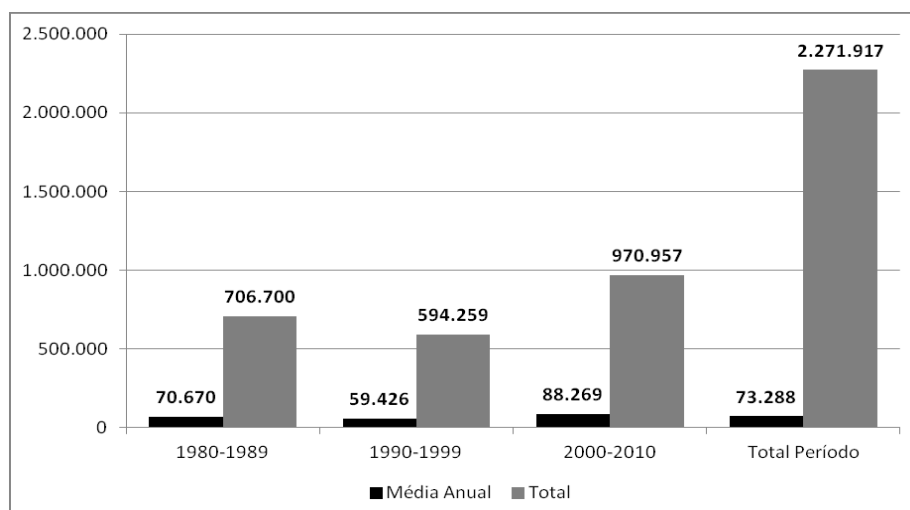
Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

Valores corrigidos pela inflação norte-americana, IPC calculado pelo *Bureau of Labour Statistics*, base ano de 2010.

¹³ Conjunturalmente, a queda dos juros sobre a dívida e o aumento dos preços das *commodities* são sinais desse esgotamento; porém, permanece a questão estrutural e fundamental: o nosso baixo nível científico e tecnológico (refletido em termos das trocas no déficit crônico na conta serviços) – que a ignorância dos nossos ideólogos diz que esse problema se resolve pela entrada de dinheiro pela conta capital; não resolve, antes agrava, porque (exceto as doações) tudo que entra pela conta capital terá que sair um dia sob a forma de juros, lucros e royalties. Esta nossa indigência no campo científico e tecnológico piorará com a medida recente do governo brasileiro de mandar 100 mil estudantes para o exterior; aqueles que poderão fazer a diferença no futuro certamente não voltarão, posto que qualquer universidade americana ou europeia conta com um portfólio suficiente para indenizar o governo brasileiro no montante das bolsas recebidas pelos estudantes. Seria mais inteligente e ajuizado trazer professores do exterior e fortalecer o nosso sistema de ensino e da pesquisa nas universidades brasileiras, em áreas estruturantes: matemática, física, química, biologia, engenharia etc.

¹⁴ É verdade que caminhamos para desconcentração do crescimento econômico nos países do eixo de poder mundial. A periferia do capitalismo passou ser promissora no horizonte de acumulação de capital; principalmente, quando o modelo norte-americano e europeu parece ter chegado à exaustão.

Gráfico 1: América Latina e Caribe (exceto Cuba): transferência de recursos para o resto do mundo – 1980/2010 (em US\$ bi)



Fonte: Com base na tabela anterior

A mudança no conteúdo da *Administração Política*, com a perda da centralidade da gestão dos processos de médio e longo prazo, desorganizou, completamente, as relações fundamentais do sistema econômico, sobretudo as relações entre capital e trabalho, bem como aquelas referentes aos movimentos de capitais. Com isso, estamos dizendo que o capitalismo, embora estribado em células individuais de propriedades, é o único sistema – entre os conhecidos – que mais necessidade tem de comando gestor centralizado.

3. O Estado e a administração política do capitalismo

O fato dos atuais administradores do capitalismo não enxergarem ou não acreditarem que a descentralização do processo de gestão desorganizou as relações de produção, realização e, sobretudo, os processos de distribuição tanto decorre de uma convicção ideológica quanto de uma formação incompleta: relegam como desimportante o processo histórico da formação e da expansão das sociedades capitalistas.

Em verdade, nem mesmo a Escola Clássica da economia, que todos reconhecem possuir um viés desenvolvimentista e normativo, tem, no método histórico, a base sustentadora das suas categorias analíticas. A rigor, a orientação fundamental era dada pela ciência positiva *do que é e do que tende a ser*. Quase sem exceção, parecemos ser antecedentes ou consequentes da Lei dos Mercados do francês Jean-Baptiste Say, defendida tão peremptoriamente pelo inglês David Ricardo.¹⁵ Afinal, a tarefa exigida dos filósofos-economistas era construir uma estrutura teórico-ideológica de sustentação da nova ordem social que emergia.

Longe de ser nosso propósito em aprofundar uma discussão acerca da história da análise do Estado, mas apenas destacar alguns momentos desse processo que possam ajudar a fundamentar melhor a tese central deste ensaio: *o capitalismo é um sistema que só encontra momentos extraordinários de expansão quando submetido a processos centralizados de administração*. Ou seja, quaisquer que sejam os instrumentos utilizados, o modo de produção capitalista só pode sobreviver se, e somente si, combinar estratégias de gestão no plano macro, enquanto nos planos micro e meso os atores econômicos privados atuam em liberdade consentida.

Os exemplos históricos são inúmeros, a começar pelos, aproximadamente, trezentos anos que transitam do fim do feudalismo – marcados que foram pelo absolutismo dos príncipes que

¹⁵ As exceções ficam por conta de Thomas Robert Malthus; principalmente, em razão da sua obra mais marcante *Princípios de Economia Política*, e o extraordinário esforço intelectual de Joseph Schumpeter (1996). Fora do campo marxista, podemos destacar a rebeldia de Thorstein Veblen (2005).

possibilitou a acumulação primitiva em sentido amplo; no século XIX, o período *vitoriano* (na Inglaterra), o *bonapartista* (na França) e o *bismarckiano* (Alemanha) dão o tom dessa centralidade estatal que leva à consolidação do capitalismo enquanto modo de produção predominante, forjando as condições extraordinárias para a sua expansão; no século XX, o sentimento da supremacia faz o Estado federado estadunidense assumir a liderança do processo gestorial dos interesses do capital nacional; esse modelo de administração política consagra-se com a implantação, em 1933, do *New Deal* (batizado de a Nova Era), momento em que toda a gestão dos macro-processos sociais passa a ser centralizada no Estado¹⁶; desse instante em diante, também, é verificado que os avanços na expansão do capitalismo industrial na América Latina e Ásia ocorreram em circunstâncias políticas autoritárias.

Abrindo um pouco mais o leque para uma compreensão desse processo histórico, vemos que a origem do capitalismo está imbricada com a origem do Estado: na e em razão do surgimento da propriedade privada¹⁷. Historicamente, observa-se que a propriedade privada – um dos elementos caracterizadores do modo de produção capitalista – só encontra o seu desenvolvimento pleno com o gerenciamento social e político praticado pelo Estado. De onde se pode concluir que a expansão da propriedade privada não se dá por um processo autodeterminado, mas, antes, dependente de condições externas forjadas que lhe favoreçam¹⁸.

Entre aqueles que buscam entender a relação do Estado com a sociedade, Engels é o que tem mais clareza da fundamentação histórica, ao dizer que com o instituto da propriedade privada.

A riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições das *gens* são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimissem o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras - a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada das riquezas –; uma instituição, em uma palavra, que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E esta instituição nasceu. Inventou-se o *Estado* (grifo do autor).¹⁹

O abandono da sociedade comunal pelos indivíduos e pelas famílias e a construção de domínios privados restringiram o leque de possibilidades da produção social. Sendo assim, a necessidade de intercâmbio entre um domínio e outro era vital e inevitável, como também inevitáveis eram os conflitos daí decorrentes. Se, no domínio comunal, a riqueza era uma propriedade de todos²⁰, de agora em diante, ela será apropriada por poucos, embora a sua criação seja dependente do esforço do trabalho coletivo. A luta sem regras de um domínio privado querer subordinar o outro na busca pela acumulação de riqueza, de um lado, e a disputa interna a cada domínio entre os proprietários e os trabalhadores, de outro lado, dificultavam o desenvolvimento dos negócios e a acumulação da riqueza material.

Para a nova ordem mostrar-se superior à anterior fazia-se necessário estabelecer as regras que disciplinassem as novas relações sociais: seja mediante a institucionalização de um arcabouço jurídico; seja através de um aparelho policial que impusesse penas aos transgressores – além de uma *rude* diplomacia que amenizasse os conflitos sem a aplicação de sanções.

¹⁶ Em um famoso discurso pronunciado no dia 20 de agosto de 1932, há, exatamente, 80 anos, em Ohio, Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt apresentou críticas ao Partido Republicano e apresentou suas propostas de administração política para o capitalismo norte-americano. Conferir em <http://newdeal.feri.org/speeches/1932e.htm>

¹⁷ Conferir o clássico de Hobsbawm (2010).

¹⁸ Conferir também o magistral capítulo XXIII, intitulado A Chamada Acumulação Primitiva, em Marx (1989).

¹⁹ Engels (s/d, p. 102). É estranho constatar que essa tão esclarecedora passagem de Engels não seja citada por aqueles estudiosos que procuram compreender e explicar a relação do Estado com a sociedade, particularmente os autores marxistas que ficam debruçados num esforço intelectual estéril em caracterizar e tipificar a relação do Estado capitalista com a sociedade. Por conta disso, numa situação de crise, a análise marxista quando instada a ser normativa perde a autonomia e o pudor e se alinha às premissas oriundas da seara conservadora.

²⁰ Ver o clássico da fase juvenil de Marx (2006).

Como é próprio da sua natureza, o processo de criação e expansão da riqueza alicerçado na propriedade privada é gerador, também, do germe da injustiça na repartição do resultado do esforço do trabalho coletivo, da divisão da sociedade em classe e dos conflitos entre elas. Nessas condições de reprodução, o domínio familiar só se sente seguro na administração de seus negócios, caso os veja crescer, expandirem-se. Porém, para crescer é condição necessária primeira apropriar-se do esforço alheio; esta forma de apropriação tende, inevitavelmente, a produzir insatisfações, conflitos. Desse modo, à medida que essas relações vão se desenvolvendo, tornando-se mais complexas, mais sofisticação se exige dos aparelhos dessa nova instituição chamada Estado.

Porém, ainda que as insatisfações e os conflitos fossem, cada vez mais, restringidos pelas leis e pela repressão, o crescimento dos desejos individuais era incapaz de se harmonizar com o interesse coletivo da classe dos proprietários; isso passou a gerar instabilidade, incerteza, impedindo que os negócios florescessem no ritmo requerido pela necessidade de legitimação do novo modo de produção, baseado na propriedade privada. Era necessário o Estado fazer algo mais: liderar o processo de acumulação de capital, assumindo, num primeiro momento, responsabilidades na criação das condições sociais, políticas, econômicas e físicas para a acumulação²¹ – ele [o Estado] dando unidade a si próprio (unificando as necessidades e centralizando grande parte do processo decisório – o Estado absolutista), assim como centralizando as ações voltadas para os negócios internos e externos. Neste último caso, particularmente na conquista de novos mercados pela via da “diplomacia” ou, o que era mais comum, pelo uso da força.

Esse propósito (aperfeiçoamento da institucionalidade do Estado) é perseguido desde as formas originárias de como o Estado erigiu-se sobre – como diz Engels – as ruínas das gens, até as formas mais puras e clássicas: (o Estado ateniense), onde essa instituição nasce do antagonismo de classe no seio da própria gens; na fase seguinte (em Roma), o Estado nasce sobre os escombros da gens destruída; com a superação dos romanos pelos germanos, o Estado nasce como necessidade de conquistas de amplos territórios que o regime gentílico era incapaz para dominar. Aqui, tem-se a forma mais bruta e concentrada de poder: político, econômico e religioso.

Embora esse modo gestorial centralizado fosse adequado aos interesses dos proprietários que viam oportunidades de conquista de novos mercados, expansão dos negócios e acumulação mais rápida da riqueza; por outro lado, a soberania do príncipe era perigosa e contraditória (sobretudo pelo parasitismo da corte) com os interesses de longo prazo da classe hegemônica do novo regime. Apesar de no início haver uma associação com a Corte para derrotar a nobreza e a Igreja, com a evolução dos negócios – cada vez mais dinâmicos e prósperos – a burguesia europeia, e principalmente inglesa, procura construir um pensamento (ideário) solapador da aliança política com o soberano e, assim, ganhar autonomia. O começo mais organizado desse movimento é o momento chamado de *renascentista* (quando começa, verdadeiramente?), instante em que o “homem, mesmo temeroso, começa a separar-se da grande ordem do universo para ser um espectador e organizador dessa ordem”.²² É um momento em que a fé cristã é abalada pelas reformas e em que se vê o alvorecer da razão e do espírito científico. E a chegada triunfal ocorre com a versão mais acabada do movimento renascentista: o *iluminismo* – sobretudo o francês, cujos representantes mais destacados autodenominavam-se *les philosophes*!

O propósito desse movimento era que o homem passando a ser observador do universo também deixasse o seu estado de natureza e chegasse a estágios de convivência mais civilizado, conforme a visão hegeliana.²³ Para tanto, era imprescindível que perdesse parte de sua individualidade a favor de algo mais coletivo, materializado no que Hobbes chamou de “homem artificial”, transformado em um corpo político: o Estado. Mas para quê tanto esforço intelectual

²¹ A principal delas, provavelmente, é a organização do mercado de trabalho. Sobre esse assunto ver Gomes (2009).

²² Abraão (1999).

²³ Do século XIV ao século XVII, a Europa passava por fortes e grandes tragédias e embates políticos destruidores e transformadores: a Guerra dos 100 Anos, o fim do Império Romano, a queda de Constantinopla, as Cruzadas, a Santa Inquisição (perseguição sem fim ao desenvolvimento das artes e da ciência) e a pirataria – forma mais simples, rude, primitiva e imoral de expropriação para a acumulação de riquezas.

nessa direção se já havia um Estado com as suas estruturas fundantes plenamente edificadas? A própria revolução inglesa já não havia implantado a monarquia parlamentarista?

Em verdade, não estava em causa edificar ou não edificar um Estado; até porque ele [Estado] já existia. A grande questão era saber se o Estado que nascia da ruptura da construção gentílica, aventurando-se conquistar mares e territórios, levando as bases da acumulação para fora do núcleo das *gens*, abrindo oportunidades de negócios com poder decisório (administração política) centrado na figura do rei, atendia aos interesses da nova classe que emergia do surgimento do novo modo de produção: a burguesia.

Considerando que a resposta é negativa a esse questionamento, então, a tarefa a realizar era ampliar os espaços políticos mediante a captura do Estado, adequando as suas ações aos interesses da nova ordem econômica. Ainda que a Revolução Francesa não se reproduzisse em outras partes do mundo²⁴, foi capaz de construir (elaborar) uma *Cartilha Pedagógica* que, até os dias de hoje, sempre que a classe dominante está ameaçada por questionamentos óbvios, abre-a e faz uma leitura em voz alta: *Liberdade, Igualdade e Fraternidade!* Com isso, o capitalismo declara prescindir das bases instituidoras (das muletas que o fizeram a andar: o Estado Absolutista!). Nesse caso, mais conveniente era substituir o exército armado por um exército de diplomatas, capazes de conquistar (com menor custo) novos mercados para as mercadorias originárias dos parques fabris – a nova fonte de riqueza.

Porém, a guerra, ainda, não estava ganha; a marcha triunfal, durante todo o século XIX, foi precedida pela construção de um ideário santificador que conduziria o capitalismo à vitória consagradora: o liberalismo econômico! O ponto de partida foi a transformação dos filósofos em economistas profissionais. Era preciso um melhor entendimento do que estava acontecendo com as transformações na base econômica; era preciso um melhor entendimento do que estava acontecendo com as relações sociais de produção e distribuição. Essa, sem dúvida, era a tarefa de muitos escritores da república das letras – como assim se consideravam os franceses; porém, Adam Smith, entre todos, foi o mais capaz – ou que compreendeu melhor – o trabalho a realizar.

Independente de sua contribuição no equacionamento de questões relacionadas ao trabalho (da divisão do trabalho, do valor etc.), preços das mercadorias, impostos, mercados, comércio exterior – e, assim, fundando um novo campo do conhecimento: a Economia Política –, *a maior edificação e a mais sólida* deixada por Adam Smith parece ser a análise acerca dos limites que seriam convenientes para a atuação do novo Estado. A sua clareza a respeito desse ponto era tão contundente que, entre suas recomendações, se encontra aquela que orientava o Estado a zerar a dívida pública, forma possível de manter a expansão da produção de riqueza com o sistema econômico em condições de equilíbrio, sem obstáculo à acumulação – sem crises, portanto. Essa é a recomendação central que nos guia até os dias de hoje.²⁵

Não obstante a consistência analítica do pensamento de Smith, o pressuposto principal que lhe dá sustentação, além de falso, está custando muito caro aos interesses do capitalismo nos tempos contemporâneos: o de que o Estado é externo às relações econômicas.²⁶ No entanto, o seu sistema

²⁴ Dizemos assim porque a Inglaterra fez a sua revolução 100 anos antes (1688); os Estados Unidos da América do Norte também fizeram a revolução da independência antes (1776); e a Rússia não tinha como premissas inspiradoras para fazer a Revolução de 1917 aquelas que inspiraram a Revolução Francesa.

²⁵ Para um maior aprofundamento do pensamento smithiano acerca desse ponto ver Santos (2001).

²⁶ Páginas atrás, a longa citação de Engels evidencia o rotundo equívoco desse pressuposto; na página 160 do mesmo livro, Engels é mais enfático acerca desse ponto ao dizer que “O Estado não é pois, de modo algum, um poder que impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento, e a confissão de que essa sociedade enredou-se numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irremediáveis que não consegue conjurar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado *aparentemente* (grifo nosso) por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem” (grifo do autor). Este poder, nascido da sociedade mas posto acima e dela se distanciando, cada

se fortalece e ganha solidez com a síntese de Jean-Baptiste Say (com a sua Lei dos Mercados) e David Ricardo (com a sua Lei das Vantagens Comparativas e a inexorável derivada a Lei da Divisão Internacional do Trabalho).

A força dessas ideias foi tão avassaladora porquanto convenientes ao modo de produção que emergia e aos seus adeptos; nem mesmo argumentos contrários consistentes e evidentes – como o princípio da demanda efetiva exposto com clareza por Malthus – sequer eram considerados ou levados a sério. O debate mais elevado foi travado entre Malthus e Ricardo e deveu-se mais, talvez, pela grande amizade entre ambos do que pela consideração que se tinha ao argumento contrário; sobre esse ponto, assim se expressou Keynes:

Na economia ricardiana, que serve de base ao que nos vem sendo ensinado há mais de um século, a idéia de que pôr de lado, sem outras cogitações, a função da demanda agregada é fundamental. Malthus, na verdade, se opôs com veemência à doutrina de Ricardo de que era impossível uma insuficiência da demanda efetiva, porém em vão. Não tendo conseguido explicar com clareza (a não ser por fatos da observação prática) como e por que a demanda efetiva poderia ser deficiente ou excessiva, deixou de fornecer uma estrutura capaz de substituir a tese que atacava; assim, Ricardo conquistou a Inglaterra de maneira tão completa como a Santa Inquisição conquistara a Espanha. Sua teoria não só foi aceita pelos meios influentes de Londres, pelos estadistas e pelo mundo acadêmico, como também cessou toda a controvérsia, e o ponto de vista contrário desapareceu por completo e deixou de ser discutido. O grande enigma da demanda efetiva com que Malthus havia lutado desapareceu da literatura econômica. Não se faz qualquer menção, uma vez sequer, em toda a obra de Marshall, Edgeworth e do Professor Pigou, que deram à teoria clássica a sua forma definitiva. Apenas sobreviveu, furtivamente, nos subterrâneos do mundo de Karl Marx, de Silvio Gesell e do Major Douglas.²⁷

A vitória desse pensamento dava à burguesia não só a posse do capital que lhe permitia o comando do processo de expansão da riqueza e também as ideias justificadoras dessas novas relações sociais de produção e distribuição. Assim, este pensamento parecia inequívoco e o triunfo e a trajetória do capitalismo pareciam inabaláveis. Nem as críticas que nasciam de dentro e alertavam para os equívocos das orientações – Malthus e o princípio da demanda efetiva ou mesmo aquelas que defendiam a preservação do antigo regime; e nem as críticas externas reivindicando uma sociedade socialista em substituição ao feudalismo – como o movimento anarquista, o socialismo proudhoniano ou o socialismo científico de Karl e Engels – tiravam o capitalismo da sua trajetória consagrada!

Mas, se há um consenso entre as diferentes correntes do pensamento sobre o caráter instável do capitalismo, o que o fazia triunfar tanto e por tanto tempo?! Nos primeiros cem anos (entre 1750 e 1850), a corrupção e a incompetência dos governos e a convicção de que o progresso material era fruto da iniciativa individual aumentavam a fê no *laissez-faire*.²⁸ Por outro lado, entre 1850 e 1914, a Europa exportaria, em média, 1 milhão de pessoas por ano, cujo destino eram suas colônias ou ex-colônias.²⁹ Como é possível detectar uma crise se não há desemprego?

Porém, em algum momento, apesar de todos esses artifícios, os sinais de crises começaram a aparecer – é o que vai acontecer no último quartel do século XIX. Segundo Keynes,

Antes de 1870 diferentes partes do pequeno continente europeu se tinham especializado na produção de alguns produtos; tomada em conjunto, porém, a Europa era substancialmente autossuficiente, e sua população estava ajustada a essa situação [...] Depois de 1870 desenvolveu-se em larga escala uma situação sem precedentes, e nos cinquenta anos seguintes a condição econômica da Europa tornou-se peculiar e instável.³⁰

vez mais, é o Estado”. É, exatamente, esta a situação que hoje vive o capitalismo: os seus gerentes, caso não se livrem do pressuposto smithiano e caso se importem minimamente com a dignidade humana, daqui por diante, provavelmente, não encontrará saída para a crise contemporânea.

²⁷ Keynes (1983a, p. 34).

²⁸ Keynes (1983c, p. 109).

²⁹ Decerto que a moral do período vitoriano (1837 a 1901) ajudou em muito a esconder as razões do degrado das camadas pobres de europeus ao caracterizar o trabalhador (homens e mulheres) desempregado como vadio, prostituto e ladrão.

³⁰ Keynes (2002).

Nesse ponto, a análise econômica refaz-se, abandonando, parcialmente, a tradição clássica, passando a dar mais ênfase ao funcionamento ótimo do sistema econômico, com base no cálculo econômico racional, visando a alcançar o estágio de “bem-estar”. Nesse sentido, a proposta da economia parece desvincular-se de qualquer possibilidade normativa – ou seja, o Estado não pode e não deve fazer nada além do, estritamente, necessário – tal como Smith havia recomendado, há mais de 100 anos; mas sem as ressalvas!

A questão central formulada pela *nova economia* era: como distribuir o esforço tributário para cobrir um dado nível (mínimo) de gasto? As possibilidades não eram muitas: a) ou se faz uma arrecadação de acordo com o benefício recebido ou b) se adota o critério da capacidade de pagar de cada indivíduo. Essas premissas estavam ancoradas em dois pressupostos: 1) as relações do Estado são como as relações de mercado – com os preços da produção pública sendo definidos de acordo com os critérios de mercado –; e 2) sendo assim, a despesa (orçamento de gasto) do Estado, portanto, deve estar vinculada à contribuição do consumidor, do cliente, afinal, do eleitor.

A fragilidade desses pressupostos impôs questionamentos inevitáveis como os relacionados à distribuição, estabilização e à alocação. Certamente que as respostas dadas tinham origens no plano metafísico – a exemplo de dizer que a distribuição é dada e aceita por todos nós (não é dito como essa adesão foi conseguida); que a estabilização é garantida pela não intervenção do governo no domínio econômico (também não é dito qual a evidência empírica dessa afirmativa); e, por fim, que a alocação ótima é alcançada pela orientação dada pelo sistema de preços (acreditamos que nem os mercados de títulos e valores mobiliários servem de base para orientar os portfólios).

Indo mais além nas indagações aos postulados da economia liberal, fica difícil defender o princípio da tributação pelo benefício recebido como norma de igualdade e reciprocidade em se tratando de bens públicos; invariavelmente, indivisíveis e de externalidades positivas. A saída toma por base as hipóteses irrealistas, quando não heróicas – por exemplo: que os princípios da exclusão e das trocas monetárias podem ser aplicados à satisfação coletiva (mercado de bens públicos) ou que há possibilidade de se determinar a produção ótima das necessidades sociais ainda que as preferências não sejam reveladas (principalmente, no caso do bem de consumo coletivo, cuja oferta está sempre à frente da demanda efetiva). Verdadeiramente, a indivisibilidade dos bens de consumo coletivo foi fatal ao triunfalismo glorioso da ala mais conservadora do pensamento neoclássico.

Keynes, em certo momento, disse que os economistas em dificuldades para resolver os problemas do presente acabam jogando a solução para o futuro. Como os pressupostos do novo pensamento não tinham muita correspondência com o cotidiano dos atos de produzir, realizar e distribuir, foi encontrada uma solução de longo prazo – atribuindo-se um caráter declinante da utilidade marginal da renda e com isso ficavam construídas as condições para se transferir a tributação da propriedade (estoque) para a renda (fluxo).

Esses aperfeiçoamentos dos fundamentos da economia de mercado – associados com outros experimentados pela economia europeia, agravados pelos sinistros da Primeira Grande Guerra Mundial e pelo espectro da Revolução Russa, alastram-se para outros países do continente – só faziam agravar a situação econômica e aumentar a desconfiança no liberalismo.

Do ponto de vista da análise, Keynes tenta dar o tiro de misericórdia nas pretensões metafísicas do *laissez-faire* quando categoricamente disse:

Não é verdade que os indivíduos possuem uma “liberdade natural” prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o autointeresse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o autointeresse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra

que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente (grifos do autor).³¹

Porém, de pouco adiantou a força intelectual das argumentações de Keynes; o capital já não se preocupa tanto com a crise europeia; a sua inspiração, agora, vinha da exuberância da economia nacional americana – a nova liderança hegemônica do sistema capitalista mundial. Só os fatos da realidade fizeram os homens de negócios mudarem de opinião, reconhecendo que o ideário liberal, tal como pensado nos séculos XVIII e XIX, não mais servia para guiar os interesses e o destino do capitalismo³².

Assim, os estragos produzidos pela crise dos anos 1930 fizeram que os ideólogos e administradores políticos daquela conjuntura aceitassem uma gestão menos autônoma e mais centralizada no Estado – com este assumindo a responsabilidade maior em aperfeiçoar as regras que disciplinariam o funcionamento do sistema econômico e no controle direto da produção social. E foi nesse sentido que Roosevelt propôs uma administração política para o capitalismo em contraposição a hegemonia exercida até então pelas forças de Wall Street à época.

Mas as garantias de estabilidade das relações econômicas ainda não estavam dadas apenas com as mudanças gestoriais no plano de cada nação *per si*; era necessário estender a nova concepção administrativa para o plano das relações internacionais, criando instituições estatais para esse fim. Elas foram gestadas nas conferências de Bretton Woods, de onde nasceram a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – Banco Mundial), o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) – incluindo o filho bastardo que nasce naquele momento: o Plano Marshall³³.

Portanto, as medidas no plano político-administrativo proporcionaram a estabilidade às relações sociais de produção, realização e distribuição e, com isso, a expansão extraordinária da riqueza no Pós II Guerra mundial, diferenciando esse período dos demais antecedentes da história do capitalismo.

Prisioneira dos ideais liberais, a velha teoria econômica sequer esboçava reação que explicasse a crise; muito menos propor solução para superá-la. O próprio Keynes – que é considerado crítico ferrenho do pensamento vigente – vai dar salvo-conduto ao pensamento conservador ao dizer que: “[...] se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao nível de pleno emprego, a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição”.³⁴

Depois de, aproximadamente, 35 anos de vertiginosa expansão da riqueza material, problemas estruturais graves vão aparecer e interromper a dinâmica de crescimento – déficit público “elevado”, altas taxas de inflação e desemprego, queda na taxa de lucro etc. Isso não era para acontecer. Se as medidas idealizadas e implantadas na década de 1930 e complementadas com as sugestões encaminhadas pelas conferências de Bretton Woods fossem bem administradas – como sugeriu o próprio Keynes – o curso dos eventos e a trajetória de expansão do capitalismo certamente seria outra. Em verdade, nem a chamada economia keynesiana e nem, muito menos, a economia ortodoxa sabiam explicar as razões que levaram ao sucesso tão retumbante. Depois da crise de 1970 em diante, o comportamento fugidio dos próprios keynesianos se isentando de qualquer culpa pela crise e a desfiliação de intelectuais ao credo intervencionista, são sintomas característicos da incredulidade em relação ao que estava acontecendo.

³¹ Keynes (1983c, p. 120).

³² Ver nota de rodapé 15.

³³ Dizemos filho bastardo porque, dificilmente, o Plano Marshall seria concebido pelos americanos se o Banco Mundial não recebesse a letra “D” de desenvolvimento pela insistente valentia e oportunidade do representante mexicano no Encontro de Bretton Woods.

³⁴ Keynes (1983a, p. 256). Para uma discussão mais aprofundada da construção para a superação da crise e expansão posterior, ver Santos (2010b).

Em verdade, do ponto de vista ideológico não era conveniente aceitar a supremacia da análise dando conta que o sucesso do período anterior decorrera mais de medidas relacionadas a uma melhor administração das relações sociais de produção e distribuição – incluindo, particularmente, as relações capital/trabalho – do que fruto da orientação de um dado pensamento econômico. Note-se que mais cedo ou mais tarde, todas as correntes – excetuados os membros desgarrados de uma ou outra filiação teórico-ideológica – condenaram o intervencionismo do Estado – incluindo nesse bloco os marxistas revisionistas. O pressuposto é sempre o mesmo: a ineficiência alocativa inerente à ação do estatal produz déficit e aumenta custos, trazendo distúrbios ao ciclo dos negócios privados.

Com tamanha adesão, a ala conservadora não precisará de muito tempo para recuperar a hegemonia perdida – um lustro foi o bastante. Por isso, já na segunda metade de 1970, a ortodoxia entrega-se à execução de um ambicioso projeto de conquista do poder político – dando, assim, centralidade de comando aos ideais neoliberais, destruindo qualquer possibilidade de renovação do pensamento dito keynesiano.³⁵ Com os conservadores no poder, no início de 1980, a nova tarefa seria elaborar e implantar o projeto de gerenciamento do *novo capitalismo*. Nesse instante, as relações macroeconômicas de mais longo prazo, voltadas para o desenvolvimento (a Economia Política) e, sobretudo, a Administração Política (gestão das relações de produção, realização e distribuição) perdem espaços para a microeconomia (nova economia institucional, gerenciamento de risco etc.) e para a administração profissional dos processos produtivos (qualidade total, reengenharia, 5S etc.).

Decerto, essa era uma tarefa tanto mais facilitada à medida que a oposição ia se enfraquecendo: no *front* interno a crise econômica aumentava o desemprego que fragilizava politicamente os sindicatos; no plano externo, o contraponto dado pelo socialismo via-se esmaecer por conta da derrocada política e econômica da União Soviética.

O ano de 1989 parece ser o final de uma longa reconstrução; finalmente, as nações líderes puderam *anunciar* ao mundo – em reunião do G-7, realizada em Washington, em novembro de 1989 – uma espécie de uma nova renascença para o capitalismo: a palavra de ordem era radicalizar a descentralização do processo decisório, com o Estado passando por um amplo processo de reestruturação e lhe sendo atribuída tarefa de zelo maior para com as políticas monetária e fiscal: equilibrar as relações de débito e crédito era o mais urgente dos trabalhos.

Como foi dito que o momento significava o fim da história, com o triunfo final do capitalismo, também se podia dizer que aquele instante e os passos seguintes podiam estar significando o ciclo da evolução não da história, mas do próprio capitalismo; e cujos atos (à semelhança do ouroboro) simbolizam o ciclo da evolução – mediante a destruição de si mesmo.³⁶

As propostas que os conservadores elaboraram ao invés de levarem à recuperação da crise, mais serviam para alimentá-la: a) o maior poder de regulamentação, de produção e de intermediação não se descentralizou; apenas mudou de comando: do Estado para a órbita do capital financeiro; b) à medida que o Estado perdia poder de arbitragem sobre as relações sociais, mais seu “desequilíbrio fiscal” aumentava. A relação dívida pública bruta/produto interno bruto que no período anterior era, em média, de 30%, nos tempos de hoje alcança entre 70% e 100% em alguns países da Zona do Euro (França, Bélgica, Áustria, Alemanha, Portugal, Irlanda e Espanha) enquanto outras nações importantes, tanto dessa região como fora dela – como já ultrapassaram os 100%

³⁵E assim dar cabo à brincadeira que se fazia com os economistas monetaristas, durante a era dourada, que dizia: *nada mais keynesiano do que um conservador no poder*. E nesse sentido tem razão o filósofo marxista Perry Anderson (2012, p. 13) quando diz que as tarefas de *administrar* o mundo, nacional e internacionalmente, com base nos legados clássicos do pensamento político, de Platão a Nietzsche, têm sido do maior interesse para a direita política e econômica.

³⁶A invasão do Iraque, em 1989, expressando desejo exclusivo dos Estados Unidos, sem qualquer rito de passagem pelo Conselho de Segurança da ONU, mostrava muito bem o grau de brutalidade do projeto neoliberal que naquele instante tomava-se conhecimento na sua forma mais completa, cujos aperfeiçoamentos estão sendo feitos ao longo da sua implantação.

(Itália, Grécia, Japão e Estados Unidos)³⁷; c) a taxa de desemprego é escandalosamente elevada – chegando, como nos casos da Espanha e Grécia, aos impiedosos e desumanos índices de 24,4% e 21%, respectivamente³⁸; no mundo, já somos cerca de 202 milhões de desempregados, em consequência das medidas contra a crise;³⁹ d) enquanto a taxa de crescimento médio do PIB mundial, no período anterior, ficou acima de 5%, de 1970 até 2010 esse índice estacionou em, aproximadamente, em 2%.

Tudo isso é, em grande medida, consequência de orientações equivocadas da Administração Política, em razão de: 1) quando pretendeu o mercado ser capaz de coordenar os interesses de centenas de milhões de agentes, particularmente em situações em que as preferências (por razões óbvias) não são totalmente reveladas; 2) quando imaginou poder sair da crise, do início da década de 1970, reestruturando-se para atuar, apenas, nos espaços capitalistas plenamente desenvolvidos. As periferias dos países desenvolvidos, da América Latina, uma parte marginal da Ásia e toda a África ficaram de fora das perspectivas de desenvolvimento nas últimas quatro décadas. E só não estão, exatamente, as mesmas de 40 anos atrás porque estão maiores e mais degradadas.⁴⁰ Verdadeiramente, a Administração Política do capitalismo não deu um passo nessa direção. Há que se considerar, portanto, que este tem sido um erro fatal para as pretensões futuras do sistema.⁴¹

Essas argumentações possibilitam-nos a compreensão de que o Estado capitalista perdeu enormemente capacidade de coordenação e esse fato tem levado à desorganização das relações sociais de produção e distribuição – tem levado ao aprofundamento da crise.

4. Crise e despatrimonialização social

Esse estreitamento dos espaços da produção capitalista, muito bem analisado por David Harvey, em várias de suas obras, aliado à política de equilíbrio fiscal, inevitavelmente levaria a uma estabilidade dos preços – dizia-se que era a condição *sine qua non* para que o produto voltasse a crescer. Com isso, a política da ortodoxia passava a negar os seus próprios pressupostos, particular e principalmente o que estabelecia uma relação de causa e efeito entre déficit público e instabilidade do sistema econômico.

Depois de quarenta e dois anos, desde 1970, chegamos a amadurecer a reflexão de que a formulação mais correta seria o contrário: as crises cíclicas da economia capitalista – que sempre exigem ou ações moderadas do Estado na política de tributação ou ações mais agressivas por mais gastos no sentido de elevar a demanda efetiva – têm sido as principais causas do aumento do déficit público, de onde já se pode antever uma perspectiva mais real de crise fiscal. O que antes era apenas um espantinho ideológico como instrumento de intimidação para preservar o interesse, principalmente, da classe dos *rentiers*, agora passa a ser algo concreto; e no ritmo em que o Estado

³⁷ Gontijo e Oliveira (2012).

³⁸ Com esses altos índices de desemprego, a classe trabalhadora desmobilizou-se e perdeu capacidade política de reação à política neoliberal; mas também é certo dizer que, quando chegou ao poder, nada mudou, posto que ela própria estava desprovida de projeto e, sobretudo, de como mudar o seu destino. Usou a mesma teoria e a mesma metodologia do conservadorismo; por isso, o resultado alcançado tem sido igual ou pior.

³⁹ OIT (2012).

⁴⁰ *Pode-se alegar que a China desmente, pelo menos em parte, esse argumento.* Dizemos que não desmente por uma simples razão: a China é um produto de si mesma; tomou a decisão de fazer assim – não devemos esquecer que a União Soviética tomou outro caminho por orientação do Ocidente e deu no que deu. E a situação do Ocidente não é pior por conta dessa iniciativa autônoma da China.

⁴¹ A partir do princípio da demanda efetiva, Malthus propugnava como fatores anticrise a distribuição de renda (contratação de trabalhadores improdutivos, aumento dos salários e a redivisão da propriedade da terra) e a expansão das atividades econômicas externas (via comércio e produção). Esse pensamento era também compartilhado por Rosa Luxemburgo ao defender que, para evitar as crises cíclicas, a produção excedente deveria ser absorvida pelos mercados externos: os gastos militares e a ampliação do comércio com outras nações.

aporta recursos para preservar os bancos de uma crise financeira ampla – e não só fiscal – está muito próximo de nossos dias.⁴²

O mais relevante a destacar é que o problema crucial dessa *nova administração política* do capitalismo não é a crise financeira que emerge nos Estados Unidos (2007, 2008 e 2009) e se desdobra na Europa (em 2011 e 2012) e sim a preocupante constatação de não se saber muito bem a sua extensão e muito menos ainda quando ela terá fim. Caso essa crise prolongue-se e leve à incapacidade técnica de o Estado aportar recursos para evitar colapsos, a saída histórica será a estatização da intermediação financeira; tem sido sempre assim e agora não será diferente. Fiquemos atentos.

O preocupante nesse movimento é que não está sendo observado por aqueles que conduzem as ações do Estado e, sobretudo, pelas pesquisas acadêmicas é o forte processo de *despatrimonialização social*⁴³ do segmento mais pobre (e majoritário) das sociedades capitalistas. As quatro décadas de crise e a política engendrada, até aqui, para solucioná-la têm feito com que o Estado perca a capacidade de coordenação e alocação autônoma, levando à desorganização das relações sociais de produção e distribuição.

Com isso, as conquistas políticas e sociais que se materializaram em quase dois séculos de lutas vão se desfazendo aos poucos de forma quase imperceptível, a partir desse último quartel do século XX. Se já não havia tanto encanto do Estado capitalista em orientar a sua atuação para a finalidade de superar as insatisfações com as relações de produção e distribuição, depois de 1970 até os dias correntes, o Estado, de fato, assume o seu papel de comitê central dos interesses da burguesia – constatado por Marx e Engels, em *O Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848.

5. Brasil, Estado e capital parasitário

É percebido que o falso diagnóstico da crise fiscal e a férrea e impiedosa política de ajuste das contas públicas têm levado ao sucateamento de políticas ditas sociais ou meritórias (educação, saúde, segurança, previdência social, assistência social etc.) e, também, as de infraestrutura (saneamento, habitação popular, estradas, portos, aeroportos, etc.). A universalização das políticas sociais foi acompanhada pela perda de qualidade, o que vem tornando essa universalização uma política meramente formal, sem força transformadora maior.

Assim, é dramático constatar, tomando a realidade brasileira como exemplo, que o pouco que sobrou das políticas de natureza social está sendo consumido com exclusividade pelos pobres, mesmo assim com acesso limitado: com a saúde, com serviços de baixa complexidade, com exceção da traumatologia; a educação, até o nível pré-universidade – mesmo assim, a sua qualidade é tão ruim que os que a recebem saem do sistema, em sua grande maioria, semianalfabetos; a segurança pública, os mais endinheirados já a dispensaram há muito tempo – os índices de violência nas periferias dos grandes centros urbanos dizem muito do que ela [a segurança] representa para os mais pobres.

Quanto mais esse grau de exclusividade aumenta, observa-se a olho nu que essas políticas mais distantes vão ficando dos seus objetivos; ou seja, mais elas vão perdendo abrangência e se tornando menos universais na sua eficácia, pela perda de qualidade ou pelo aumento do tempo de atendimento ou, ainda, pelo tempo de atendimento entre uma consulta médica e o alargamento do

⁴² Corroborando com nossa análise vejamos o que diz Harvey (2011, p. 47): “No coração do sistema de crédito está um conjunto de acordos que constitui o que chamo de “nexo Estado-finanças”. Isso descreve a confluência do poder estatal e das finanças que rejeita a tendência analítica de ver o Estado e o capital como claramente separáveis um do outro. Isso não significa que o Estado e o capital tenham constituído no passado ou agora uma identidade, mas que existem estruturas de governança (como o poder sobre a confecção da moeda real no passado e os bancos centrais e ministérios do Tesouro hoje) nas quais a gestão do Estado para a criação do capital e dos fluxos monetários torna-se parte integrante, e não separável, da circulação do capital”. Ora, o que significa isso se não é aquilo que temos denominado ao longo do texto como *administração política* do capitalismo contemporâneo!

⁴³ *Despatrimonialização Social* significa que a riqueza per capita em Tn (no futuro) é menor do que a riqueza per capita em T0 (no presente).

tempo necessário para um jovem concluir o ensino básico; e mais particulares na distribuição de seus resultados (a política de intervenção urbana é, cada vez mais, concentrada nas zonas ricas das cidades, ficando a periferia entregue não só à degradação física, mas também à degradação psicológica e moral).

Em algumas situações, estruturar uma burocracia estatal e vincular uma quantidade de recursos serve mais como forma de garantir um mínimo de legitimidade junto a esse segmento pobre do que atingir a finalidade de superar os problemas daquela área sob a intervenção do governo. Hoje, podemos constatar que a política estatal é caracterizada como improvisada, inconclusa e sem propósito.

À medida que essas contradições iam se aprofundando, os ideólogos responsáveis pelas políticas passavam a atribuir esses resultados a uma questão de eficiência das práticas da administração pública – carecendo, portanto, de novos métodos de gerenciamento. Com esse argumento ficavam justificadas todas as medidas reformadoras do Estado – que invariavelmente se concluíam em prejuízos da população-alvo das políticas estatais.

Considerando que a força de trabalho vinculada ao Estado está “despreparada” para absorver os novos métodos – porque envelhecida e viciada – a saída imediata⁴⁴ era contratar consultorias e dotar o Estado de padrões gerenciais semelhantes àqueles “verificados” no setor privado. Porém, com o tempo, os resultados prometidos não apareciam e o fosso entre pobres e ricos se aprofundava; então, o problema não era de produtividade do Estado, mas sim de propósito das políticas – que era, de fato, reduzir despesas, aumentar receitas e, assim, garantir recursos ao Tesouro para honrar os compromissos com o sistema financeiro – veja-se esta desgraça humana na tabela e no gráfico à frente.

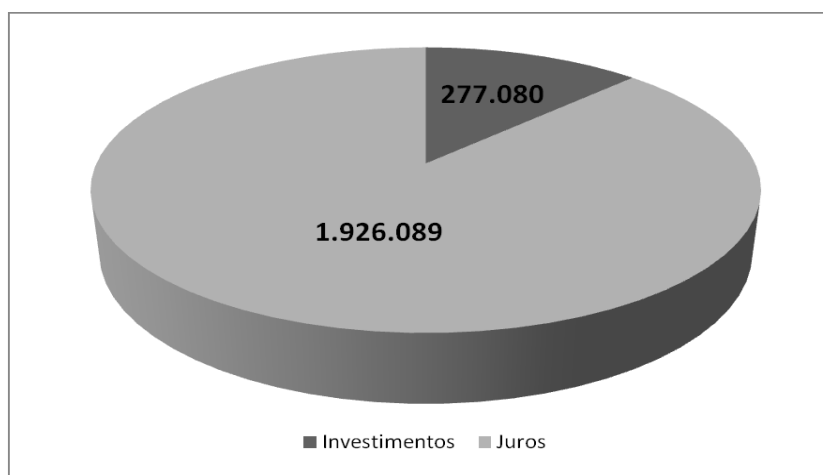
Tabela 3: Estrutura da despesa do orçamento público federal brasileiro (R\$ milhões)

ANO	INVESTIMENTOS	JUROS
2000	21.259	151.648
2001	28.044	162.022
2002	16.976	187.289
2003	9.923	236.611
2004	15.473	195.316
2005	23.249	210.582
2006	25.510	196.206
2007	42.372	187.757
2008	42.563	205.086
2009	51.710	193.570
TOTAL	277.080	1.926.089

Fonte: Orçamento Geral da União – vários anos. Elaboração própria
Números reais corrigidos pelo IPCA anual, base ano de 2011.

⁴⁴ Dizemos que é uma saída imediata porquanto o programa de reformas previa que para o futuro os quadros do Estado seriam renovados e já de posse das novas práticas gerenciais. Além disso, cabe ressaltar que os principais núcleos de comando dessas consultorias estão fora dos países receptores – normalmente nos organismos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização das Nações Unidas etc.).

Gráfico 2: Total de gastos em juros e investimentos, estrutura da despesa do orçamento público federal brasileiro – 2000/2009 (R\$ milhões)



Fonte: Com base na tabela anterior

Desse modo, os esforços para aumentar os resultados – mediante as consultorias externas – mais pareciam indicar o aperfeiçoamento dos equívocos das políticas públicas. Sendo assim, o que se percebe, então, é que o nexos entre as políticas e o bem estar social está se desfazendo pouco a pouco. A degradação quantitativa e qualitativa da produção estatal voltada para os interesses coletivos de natureza meritória é tão marcante que de um perfil expansionista para a cobertura plena passam a se caracterizar como programas *improvisados e inconclusos*. Elas não solucionam os problemas para os quais foram concebidas e implantadas. Desse modo, da perspectiva da classe trabalhadora, este Estado tem sido um *estopor*, sem qualquer sentido em existir, um verdadeiro hospedeiro ao capital parasitário⁴⁵.

Mesmo em países como o Brasil, esse é um fenômeno recorrente. Se tomarmos as questões relevantes nos últimos 30 anos e que mereceram ações contundentes do Estado não passa de miragens: assim vem ocorrendo com a política urbana – de um idealismo incontido do final de 1960 e início de 1970, sequer se ouve falar dela nos dias de hoje; de igual modo, com toda a política de infraestrutura – havendo hoje um clamor nacional, visto que o nível de degradação é tamanho que, além de onerar os custos de produção, vitimiza seres humanos; porém, os casos mais incompreensíveis são os da educação, saúde e segurança. Como dito antes, os setores de média e alta renda deixaram, desde muito tempo, de consumi-los; os únicos locatários desses serviços são as pessoas mais miseráveis deste País.

Não obstante, o mais desesperançoso é perceber que mesmo os mais afetados parecem acreditar não haver alternativa ao direcionamento dos destinos que traçaram para nós. Até mesmo setores esclarecidos, que deveriam ter um posicionamento crítico em relação a esse processo, muitas vezes, produzem análises de nossa realidade prescindindo da teoria ou da ideologia; mais parecem ser torcidas organizadas adeptas disso ou daquilo. Em verdade, são compreensões ou análises que vão se adaptando de acordo com os interesses – as nossas universidades parecem ser a vanguarda de comportamentos dessa natureza.

⁴⁵ No Volume I do Livro I do Capital, Marx diz que em sua investigação verificará que tanto o capital dos comerciantes quanto o capital que rende juros tratam-se de formas derivadas e que essas duas formas aparecerem no curso da história previamente a forma padronizada moderna do capital. No Livro III ele tratará mais especificamente dessas formas e concluirá que são formas parasitárias, pois se ligam a qualquer sistema ou mecanismo de produção de riqueza para expropriar parte do excedente econômico. Por essa razão que essas duas formas estiveram presentes no sistema feudal, em toda Idade Média, participando da extração do excedente gerado.

6. Considerações Finais

À guisa de notas finais, é preciso ser compreendido sem constrangimentos pelo militante desse novo campo que se denomina administração política que o nosso trabalho é sempre guiado pelos nossos valores, pelas nossas crenças, pelas nossas ideologias; enfim, somos sempre orientados por uma larga subjetividade e, exatamente, por isso estamos sempre propensos a estar normatizando (mudando de curso) o que nos pareça fora da direção que imaginamos ser a mais correta, a mais justa segundo o nosso propósito e a nossa moral. Sendo assim, estamos muito distantes daquilo que a nossa “ vaidade intelectual ” quer impor que sejamos: produtores de um conhecimento resultado de uma razão científica, limitado às atividades de *observar, expor e explicar* – cuja natureza é mais própria das chamadas *hard science*.

Embora não deixando de despender esforços na atividade acima – de construir uma teoria interpretativa do nosso campo de investigação –, a tarefa que parece mais adequada seja aquela que, de posse das explicações mais sinceras acerca das mazelas da sociedade, se preocupe em *encaminhar, aconselhar e dirigir* as soluções para enfrentamento dos problemas que nos perturbam nesse momento da trajetória do capitalismo. Devemos nos sentir engrandecidos em nos caber a tarefa de integrar os atos de *pensar e agir*. Numa palavra, a sugestão, aqui, vai em direção de que mudemos o nosso hábito de construir um pensamento social crítico – até porque o resultado do trabalho não deve servir apenas aos nossos interesses; a sociedade (no seu conjunto) é mais necessitada do que cada um de nós individualmente!

David Harvey (2011, p. 40), que trata das mesmas preocupações que as nossas neste trabalho, diz que para explicar melhor as crises periódicas precisamos de uma compreensão muito melhor de como o capitalismo funciona do que possuímos hoje. Segundo ele

O problema é que as teorias e ortodoxias econômicas que, manifestamente, não conseguiram prever a crise continuam informando os nossos debates, dominando o nosso pensamento e fundamentando a ação política. Sem desafiar essas concepções mentais dominantes não pode haver alternativa [...] que não seja um retorno frustrado ao tipo de capitalismo que nos levou a essa bagunça [...]

Completando o seu raciocínio, indaga: “Como, então, podemos compreender a propensão a crises do capitalismo e por quais meios poderíamos identificar uma alternativa”? O autor diz que essas são questões iniciais que animam as análises que vão ser procedidas ao longo do seu livro. Decerto que, aqui, a última das questões “[...] e por quais meios poderíamos identificar uma alternativa”? É o que nos anima nestas notas finais deste ensaio. Sendo assim, não queremos construir uma alternativa com base num diagnóstico que nos é dado; queremos construir uma alternativa do *como fazer* a partir do que nós pensamos, conhecemos e explicamos a cerca da nossa realidade.

Embora se fale muito como causas da crise temas variados – que vão desde regras excessivas e inflexíveis que regulavam e “regulam” os mercados, passando por déficits públicos, chegando ao desemprego, seja na sua forma mais estrutural (desemprego tecnológico) ou mais conjuntural (falta de demanda efetiva) –, pouco ou nada se vê ou ouve falar sobre a *distribuição de renda*. Se se quer, verdadeiramente, discutir esta crise do capitalismo e identificar uma alternativa, a distribuição de renda e de riqueza tem que ganhar centralidade, enquanto as grandes rupturas sistêmicas não ocorrem. Não dá para alguém imbuído de sinceridade ignorar que esta etapa da trajetória de expansão capitalista é a que experimenta o mais violento processo de expropriação, produção e concentração da riqueza e da renda.⁴⁶ Do ponto de vista pessoal, os mais ricos passaram a ter uma participação maior do que tinham há 40 anos.

⁴⁶ Santos (2010a, p. 18), expressa esse mesmo sentimento colocando que o sistema do capital “tem uma capacidade extraordinária de produzir riqueza material associada à outra etapa não menos extraordinária de transformar parte da humanidade em algo abjeto, desprezível e sem possibilidades de acesso a qualquer porção da riqueza produzida. Esse procedimento tem sido tão covardemente aceito como normal que o nosso olhar já parece transformar essa parcela excluída em seres da natureza não mais pertencente à raça humana!”.

Do ponto de vista do capital, o processo de concentração e centralização é algo tão extraordinário que foge aos parâmetros da própria lógica capitalista conhecida até a primeira metade do século XX. Do ponto de vista espacial (ou geográfico, como costumeiramente chama Harvey), a situação não é diferente; fez-se uma opção (guiada pelo imediatismo do ganho e, provavelmente, inconsciente dos efeitos deletérios de longo prazo pela escolha desse caminho) de buscar ampliar a massa de lucro e a rentabilidade não pela incorporação de novas fronteiras de expansão, mas recriando possibilidades de ganhos dentro dos próprios espaços capitalistas. Os fatores decisivos que levaram a essa decisão foram: a) financiamento do Estado motivado pelas altas taxas remuneradoras dos títulos da dívida pública; b) as oportunidades de ganhos motivadas pelos negócios associados a compras/vendas, fusões, incorporação de empresas e, principalmente, as privatizações – espaços capitalistas mais privilegiados para expansão e acumulação dos grandes capitais.⁴⁷

Esse movimento da desinstitucionalização parcial do Estado e a redução da sua capacidade de produção e de intermediação diminuíram, sobremaneira, a capacidade gestonária com a consequente desorganização das relações sociais de produção, realização e distribuição. Com isso, e mais a reserva de recursos fiscais para garantir os rendimentos dos credores, estão acabando de dismantelar de vez o pouco que ainda resta dos programas de cobertura social – o que está levando a uma luta política de proporções e resultados desconhecidos, como as crises políticas e sociais na Grécia, Bélgica e Espanha atestam.

Qual a alternativa para a superação da crise e a transformação da situação atual? Ou, à maneira de Lênin, *o que fazer?* Desconsiderando a bizarra crença de que o capitalismo possa ser ético nas suas relações sociais (mas preservando a institucionalidade presente), uma expansão da riqueza de forma mais simétrica entre as nações (inclusive incorporando, plenamente, os espaços não capitalistas), acompanhada de um vigoroso programa de distribuição de renda, parece ser apenas possível mediante a centralização gestonária dos macroprocessos sociais.

Isso significa dizer que a tarefa de estabelecer padrões civilizados nas referidas relações sociais caberá ao Estado, tal como ocorrera no pós-crise 1929/1933 até 1970 – a fase mais próspera de toda a história do capitalismo. Como proceder? Pensamos ser possível através de um exercício no campo da Administração – não tanto da Administração Profissional, que vem sem praticada há mais de um século e que desenvolveu, extraordinariamente, instrumentos operativos que levaram ao aprisionamento e à alienação do trabalhador; mas da Administração Política, capaz de desenvolver formas de gestão (concepção) mais aderentes aos interesses do nosso processo civilizatório do que aquelas que vêm sendo praticadas até o presente, fontes de conflitos e das crises cíclicas ou estruturais. Harvey considera que a alternativa que deve ser encontrada é outra, e assim

[...] é que o surgimento de um movimento global de correligionários se torna crítico, mas só para deter a maré de comportamentos autodestrutivos do capitalismo [...] mas também para a nova reorganização e para começarmos a construir novas formas organizacionais coletivas, bancos de conhecimentos e concepções mentais [...].

E finaliza:

Por mais que o capital tenha nos fornecido em abundância de meios com os quais abordarmos a tarefa de transição anticapitalista, os capitalistas e seus lacaios farão de tudo ao seu alcance para evitar esse tipo de transição, não importando o quão grave a circunstância possa ser. Mas a tarefa da transição está conosco, não com os plutocratas.⁴⁸

Seja como for, o plano da transformação coloca-se diante de duas possibilidades possíveis, a saber:

⁴⁷ Esse fato de os capitais não criarem oportunidades de ganhos abrindo novos espaços para a expansão da produção na periferia do capitalismo explica, em grande medida, a oportunidade que se abriu para a China – que, como dissemos anteriormente, é mais um projeto de si mesma e não do capitalismo europeu ou estadunidense.

⁴⁸ Harvey (2011, p. 224).

a) uma por meio de movimentos revolucionários – que embora ensejem procedimentos rápidos no alcance dos propósitos, o saldo histórico termina senão desaconselhando de todo essa via pelo menos recomenda cautela na sua adoção; b) outra possibilidade, mais de acordo com a ordem historicamente estabelecida, tem sido por meio de mudanças “consensuadas” – porém, a lentidão no aparecimento dos resultados é tão irritante que parece sugerir a ruptura como a única alternativa possível.⁴⁹

Mesmo considerando que a tarefa da transformação está conosco, antes de iniciá-la, por quaisquer das alternativas apontadas, devemos perguntar aos bilhões de seres humanos que vivem em condições materiais deploráveis se estão dispostos a lutar e por qual via.

Ademais, antes de sabermos que a luta é nossa, é preciso ter consciência da luta; e, para ter essa consciência, é necessário ter clareza de que o capitalismo é um sistema crítico por sua natureza: tanto econômica quanto moralmente. Porém, o que acontece, agora, é uma crise generalizada em seu espaço vital: as finanças. É com isso que as ciências sociais têm que lidar, que trabalhar, inclusive com mais afinco e propósito – e não tergiversar. Duzentos anos é um tempo demasiadamente longo para se resolver qualquer problema relacionado à materialidade humana!

Bibliografia

ABRAÃO, Bernadette Siqueira (Org.). **História da filosofia**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ANDERSON, Perry. **Espectro**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BERNARDO, Gustavo. **O problema do realismo de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, s/d.

GOMES, Fábio Guedes. Ideologia e crise fiscal: uma interpretação crítica dos elementos básicos da reforma do Estado no período de ajustamento neoliberal brasileiro. In: *Revista Bahia & Análise e dados*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), V. 19, Nº. 1, 2009.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009

GONTIJO, Cláudio; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A crise da União Europeia** (Why Pigs Cant't Fly). Belo Horizonte: CORECON/ASSEMBG, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado e Editora Universidade de Brasília, 2002.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro - Inflação e deflação**. Nova Cultural: São Paulo, 1983a.

KEYNES, John Maynard. As possibilidades econômicas de nossos netos. In: SZMRECSÁNYI, Tamas (org.). **Keynes**. São Paulo: Ed. Ática, 1983b.

KEYNES, John Maynard. O fim do "laissez-faire". In: SZMRECSÁNYI, Tamas (org.) **Keynes** (Economia). São Paulo: Ática, 1983c.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas)

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

⁴⁹ Santos (2010, p. 5).

MARX, Karl. **O Capital**. 2ª edição, São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OIT. **World of Work Report 2012**. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/world-of-work/lang--en/index.htm>

SANTOS, Reginaldo Souza. **A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo**: uma conversa com os filósofos economistas – de Smith a Keynes. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Reginaldo Souza. Manifesto da Administração Política para o desenvolvimento do Brasil. In: SANTOS, R. S. **A Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010a.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Keynes e a proposta de administração política para o capitalismo** – uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal. São Paulo: Hucitec, 2010b.

SCHUMPETER, Joseph. **Historía del análisis económico**. Barcelona: Editora Martinez Roca, 1996.

VEBLÉN, Thorstein. **Teoria de la classes ociosas**. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 2005.